

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.710 - MG (2019/0296473-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : WANDERSON ALVES CHAGAS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal diante de acórdão proferido pelo Tribunal de origem no HC n. 1.0000.19.097159-8/000.

Requer, liminarmente e no mérito, a **expedição de alvará de soltura**, por reputar inidôneos a motivação exarada para converter suas prisão em flagrante, pela suposta prática de crime de tráfico de drogas, em custódia preventiva.

O pedido de urgência não comporta acolhimento.

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que **a custódia provisória do réu foi lastreada na apreensão de entorpecentes de diversas espécies, petrechos voltados ao comércio de drogas e dinheiro em espécie, além da reincidência do acusado.** Confira-se (fls. 4-5, grifei):

Ao efetuar a abordagem do autuado, assim como os demais suspeitos não foi encontrado nenhum objeto de origem ilícita. No entanto, ao proceder as buscas no aludido lote, logrou-se arrecadar **77 (setenta e sete) pinos contendo substância semelhante à crack, 01 (uma) bucha de substância semelhante à maconha, 03 (três) balanças de precisão, 02 (dois) pacotes contendo dezenas de microtubos vazios e vários sacos plásticos comumente utilizados para acondicionar drogas.** Conforme os autos do APFD, ao efetuar a busca pessoa, logrou-se arrecadar a quantia de R\$115,00 (cento e quinze reais) em dinheiro em posse do autuado, quantia possivelmente oriunda da mercância de drogas. Assim, pelos motivos narrados, foi efetuado a prisão em flagrante do autuado, pela suposta prática do crime de

Superior Tribunal de Justiça

tráfico de drogas.

Com efeito, vislumbro a presença do fundamento descrito no artigo 312 do Código de Processo Penal, consistente na garantia da ordem pública, eis que há indícios de que o autuado esteja dedicando ao tráfico ilícito de drogas, crime de relevante gravidade.

Ainda, compulsando estes autos, verifico que **o acusado é reincidente em crime doloso, conforme CAC colacionada à 41/43**. Logo, caracterizado o requisito do *periculum in libertatis*, uma vez que está sobejamente demonstrada a periculosidade concreta do agente, sendo a manutenção da sua prisão cautelar medida necessária para garantia da ordem pública.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, justificam a fixação da cautela extrema.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, sobretudo quanto à eventual prolação de sentença ou revogação da custódia provisória do réu, com o envio de cópia do ato decisório respectivo, **via malote digital**.

Com a resposta, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**